

Fundação Getúlio Vargas

Escola de Administração de Empresas de São Paulo

MICROCRÉDITO PRODUTIVO NO BRASIL: O PAPEL DO SETOR PRIVADO

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – CNPq

Relatório final

Aluna: Maíra Ozi Almeida

Prof. Orientador: Lauro Emílio Gonzalez Faria

São Paulo,

31 de julho de 2014

Sumário

1. Introdução	5
1.1 Apresentação do tema e sua relevância	5
1.2 Objetivo geral e objetivos específicos	6
1.3 Problema de pesquisa	7
2. Escopo Resumido	7
3. Referencial teórico	8
4. Microcrédito produtivo orientado no Brasil	11
5. Modelo teórico e metodologia	13
6. Contribuição pretendida	14
7. Entrevistas	15
7.1 Questionário	15
8. Análise das entrevistas	16
8.1 Forte intervenção estatal	17
8.2 Regulação rígida e arcaica	17
8.3 Demanda não atendida	18
8.4 Cultura brasileira	19
8.5 Mudanças no cenário brasileiro e suas consequências no setor de micro finanças	20
9. Conclusão	21
10. Sugestão para pesquisas futuras	23
11. Referências bibliográficas	24

Resumo

O objetivo desse trabalho é entender qual o papel que o setor privado teve no desenvolvimento do microcrédito produtivo no Brasil. Para o melhor entendimento dessa questão, o trabalho procurará analisar a evolução histórica do microcrédito no país, as mudanças no cenário econômico brasileiro que influenciaram essa operação de crédito e como a intervenção estatal, seja por meio de programas de microcrédito ou por meio da criação de regulações, afetou o papel exercido pelo setor privado no cenário brasileiro de microfinanças. Ademais, o trabalho visa entender quais são os maiores empecilhos para a execução da operação de microcrédito no Brasil e quais são as perspectivas futuras para o desenvolvimento do microcrédito no país. Com o intuito de responder a essas questões, será feita uma revisão da literatura sobre microcrédito no Brasil e no mundo e serão entrevistados indivíduos de instituições financeiras que tenham operações relacionadas à microfinanças.

Abstract

The aim of this work is to understand what was the role of the private initiative in the development of the productive microcredit in Brazil. In order to better understand this question, this work will analyze the historic evolution of microcredit in the country, the economic changes in Brazil's scenario that affected this credit operation and, how the government intervention, with public programs of microcredit or with the creation of regulations, interfered with the role of the private initiatives in Brazil's scenario of microfinance. Furthermore, this work intend to understand which are the biggest obstacles of operating microcredit in Brazil and what are the prospects for the development of this operation in the country. With the intention of answering these questions, a review of the literature about microcredit in Brazil and in the world will be done and individuals of finance institution that have operations regarding microfinance will be interviewed.

1. Introdução

1.1 Apresentação do tema e sua relevância

O campo de estudo desse projeto engloba a área de microfinanças, essa é uma área que engloba os serviços financeiros oferecidos à população de baixa renda, às microempresas e à microempreendedores que se encontram excluídos do sistema financeiro tradicional (Monzoni, 2006).

O microcrédito pode ser definido como um programa que estende pequenos empréstimos aos indivíduos mais pobres com o intuito de geração de renda (Woller and Woodworth, 2011). Consiste em um crédito destinado a produção, que pode ser concedido por instituições financeiras ou não financeiras, com a finalidade de aumentar a inclusão financeira e de reduzir a miséria. Por ser, dentre os serviços de microfinanças, o serviço que tem obtido historicamente mais destaque, os dois termos, microcrédito e microfinanças são, muitas vezes, tratados como sinônimos, sobretudo pela fama mundial alcançada pelos empréstimos concedidos às mulheres pelo Grameen Bank, fundado nos anos 70 por Muhammad Yunus, posteriormente laureado com o prêmio Nobel da paz por seu trabalho como “banqueiro dos pobres”.

De acordo com Morduch (1999) e Aghion e Morduch (2010), é possível abordar formalmente o microcrédito a partir da informação assimétrica e dos custos de transação. Essa abordagem permitira identificar e analisar os “obstáculos” que impedem o funcionamento de um modelo típico de mercado perfeito, no qual o capital fluiria naturalmente rumo aos mais pobres em busca de retornos marginais.

São três os obstáculos citados por Aghion e Morduch (2010). O primeiro deles é a falta de informação, ou seja, não há um histórico sobre os pobres simplesmente pelo fato desses estarem excluídos do sistema financeiro tradicional. Para haver histórico, é preciso haver inclusão, que por sua vez demanda histórico, engendrando um típico círculo vicioso que reproduz e perpetua a exclusão. O segundo obstáculo é a ausência de colaterais ou garantias que poderiam ser utilizadas

para mitigar a falta de informação. Obviamente, os pobres não têm ativos tradicionais que possam ser oferecidos como garantia, O terceiro obstáculo é o custo de transação. Por se tratar de serviços financeiros para população de baixa renda, os volumes das operações são baixos, encarecendo os custos associado aos serviços.

O que atualmente se denomina microfinanças surge como uma forma de quebrar o círculo vicioso da pobreza a partir de soluções e práticas inovadoras que superem os obstáculos dos problemas informacionais e reduzam os custos de transação. Segundo Gonzalez, Piza e Garcia (2009) é possível afirmar que as diversas experiências de microfinanças no mundo tendem a combinar um conjunto inovações que ganharam grande repercussão com o Grameen, em Bangladesh, e seu programa de microcrédito. Portanto, o surgimento do microcrédito, tal qual hoje conhecido, não se liga a novas concepções teóricas ou acadêmicas, mas a uma “revolução concreta” na maneira de ofertar crédito de pequena monta para pessoas pobres, vivendo geralmente na informalidade.

As inovações que o microcrédito traz consistem em: realização de empréstimos em grupo, uso agente de crédito, realização de empréstimos progressivos, desenho de uma frequência de pagamento adequada e o foco nas mulheres. Essas inovações são capazes de reduzir as taxas de juros, de manter os pagadores no mercado e de inserir o microcrédito em determinadas comunidades, aumentando seu alcance. Além disso, a inovação que coloca as mulheres como foco se opõe ao viés sexista que diversos mercados do sistema financeiro tradicional possuem, e leva em consideração o papel desempenhado pela mulher na família e na sociedade, o que contribui fortemente para a redução da pobreza.

1.2 Objetivo geral e objetivos específicos

O objetivo geral do trabalho consiste em entender qual foi o papel do setor privado no desenvolvimento do microcrédito produtivo no Brasil, ou seja, o trabalho visa compreender até que

ponto as iniciativas do setor privado foram apenas reativas às iniciativas do setor público e como elas determinaram e alteraram a forma como o microcrédito é executado no Brasil. Igualmente, espera-se compreender quais são as projeções para a atuação do setor privado no microcrédito produtivo, analisando as possibilidades de crescimento e desenvolvimento dessa prática.

Igualmente, pretende-se, como objetivo específico entender quais são os prós e contras da atuação do setor privado no microcrédito produtivo no Brasil. Para isso, é preciso analisar como a atuação do setor privado ocorre nas operações de microcrédito, quais são suas diferenças para a atuação do setor público e quais os riscos que um possível excesso de comercialização do crédito pode trazer.

1.3 Problema de pesquisa

O problema de pesquisa que este trabalho pretende esclarecer é: qual foi, historicamente, o papel desempenhado pelo setor privado na prática e no desenvolvimento do microcrédito produtivo no Brasil e quais são as perspectivas para as iniciativas privadas nesse âmbito do microcrédito produtivo?

2. Escopo Resumido

Esse projeto de iniciação científica visa compreender de que forma o setor privado contribuiu para o desempenho e a evolução do microcrédito produtivo no Brasil. Será feita uma coleta e análise dos dados para o melhor entendimento de como, historicamente, o setor privado tem operado o microcrédito produtivo, levando em consideração as mudanças políticas e econômicas no país e as alterações na legislação brasileira que afetaram o desenvolvimento dessa operação.

Com base nesses dados e análises, será realizado um estudo aprofundado para verificar como essas operações ocorreram até os dias atuais, quais foram seus problemas e dificuldades, quais os aspectos que mais necessitam de melhorias e quais as ações que obtiveram os melhores resultados. Ao término da pesquisa, objetiva-se compreender qual o papel desenvolvido pelo setor privado no microcrédito produtivo e, a partir dessa compreensão, analisar perspectivas futuras para a atuação do setor privado nesse segmento, encontrando possibilidades de melhoria dessa prática que possam trazer tanto um benefício para a sociedade como um todo, com a maior geração de renda e a menor desigualdade social, quanto para as instituições que praticam o microcrédito, pois essas podem, por exemplo, alcançar maior eficiência ou aumentar sua capilaridade.

3. Referencial teórico

O setor de microfinanças no Brasil possui desenvolvimento ainda incipiente se comparado a outros países, além disso, no país, é possível perceber que, tanto a microfinanças quanto o microcrédito, são marcados pela maior influência e atuação do setor público na determinação de como as práticas serão executadas.

Para melhor compreender o funcionamento do mercado de microfinanças não apenas no contexto brasileiro, mas seu funcionamento no mundo como um todo, é necessário compreender que existem três níveis de serviço financeiro: micro, meso e macro que devem estar integrados também no âmbito das microfinanças para garantir a inclusão dos indivíduos com menores condições socioeconômicas. O nível micro é a espinha dorsal desse sistema, corresponde às instituições que atendem os clientes diretamente (bancos públicos, privados, OSCIP, ONG, entre outros). O nível meso corresponde à infraestrutura financeira e à rede de outros provedores de serviços, está ligado, por exemplo, à transparência do sistema ou às associações profissionais. Por fim, o nível macro trata do desenvolvimento de um quadro político e legal necessário para construir

sistemas financeiros inclusivos de forma sustentável, é composto por entidades como o governo, o Banco Central e o Ministério da Fazenda (HELMS, 2006).

O início da maior importância e do maior desenvolvimento do microcrédito brasileiro se dá no primeiro governo Lula, iniciado em 2002, pois, é durante esse governo que as políticas voltadas especificamente para o microcrédito produtivo iniciam-se. Os desdobramentos de tais políticas atingiram tanto o setor público quanto o setor privado, que sofreram alterações e tiveram de reagir às novas regulamentações e medidas.

A área de microfinanças brasileira é marcada pelo modelo de correspondentes (banking agents). Esse modelo é responsável, por exemplo, por cerca de 80% dos recursos do Programa Bolsa Família e distribuídos no país. O correspondente refere-se à instalação de pontos autorizados de prestação de serviços bancários localizados em estabelecimentos parceiros, tais como supermercados, farmácias, casas lotéricas, agências do correio e diversos outros tipos de lojas e postos de serviços particularmente voltados ao atendimento varejista (Diniz et al, 2009). Trata-se de um modelo que surge no Brasil como resultado do uso intensivo de tecnologia de informação e comunicação (TIC) no setor bancário.

O desenvolvimento desse modelo permitiu aos bancos multiplicar de forma inédita a extensão e a capilaridade de suas redes de atendimento. Há cerca de 151 mil pontos de atendimento instalados em correspondentes, contra 19,8 mil agências bancárias convencionais instaladas no país. Há que se considerar ainda que em 2000, quando já funcionavam cerca de 17 mil agências bancárias no Brasil, não havia praticamente nenhum CB (Diniz et al, 2009).

O setor privado desempenha um papel muito menor que o setor público no desenvolvimento do microcrédito no Brasil. As maiores ações desse setor, na realidade representam reações às iniciativas do setor público. Todavia, apesar do setor público ter sido o principal responsável pela maioria das ações que determinaram a maneira como o microcrédito é desenvolvido no país, a exclusão financeira e a desigualdade social brasileira são muito elevadas para que apenas a iniciativa pública consiga suprir a demanda de microcrédito no país. Dessa forma, seja por

influência das medidas dos bancos públicos, por resoluções do Banco Central, ou por iniciativas advindas da própria iniciativa privada, o setor privado possui um papel fundamental na prática do microcrédito no Brasil, uma vez que só as instituições públicas não seriam capazes de suprir a demanda por microcrédito no país.

Dentre as instituições financeiras privadas pode-se citar algumas iniciativas que mais possuem destaque dos bancos privados de varejo, Real MicroCrédito, do Banco REAL ABN AMRO, uma joint venture que deu origem ao Microinvest, antes consistia em uma operação do antigo banco Unibanco, agora Itaú Unibanco e as operações do Banco Santander em conjunto com a São Paulo Confia.

De acordo com Monzoni (2006), é possível dividir a evolução histórica do microcrédito no Brasil em quatro períodos distintos, cada um com sua própria forma de constituição societária. O primeiro período vai de 1970 a 1980, nele as instituições de microfinanças desenvolvidas no Brasil estavam ligadas as redes internacionais, das quais conseguiram absorver metodologia e experiência técnica. O período seguinte, décadas de 1980 e 1990, foi marcado pelo grande número de organizações da sociedade civil que foram criados para oferecer serviços de microfinanças, essas organizações não possuíam fins lucrativos, constituíam forma de pessoas jurídicas de direito privado, eram enraizadas em comunidades carentes e, algumas contavam com apoio do poder público, municipal ou estadual, outras fizeram parcerias com o setor privado. Do fim de 1990 até o começo dos anos 2000, pode-se observar outra fase do microcrédito, na qual iniciativas governamentais, estaduais e municipais, foram implementadas. Por fim, o quarto período se inicia com a Lei no 10.194/01 que permite a criação das sociedades de crédito ao microempreendedor, é nessa época que o setor privado adentra o mercado de microcrédito. As instituições financeiras de grande porte só entram no mercado de microfinanças em meados da década de 2000.

Em março de 2001, o Instituto Sere publica um relatório que explicita as dificuldades dos bancos comerciais em oferecer produtos ligados à microfinanças, dentre eles o microcrédito em especial, segundo o relatório publicado falta a esses bancos orientação e até mesmo interesse em

atender os clientes desses serviços, que possuem características distintas dos clientes do modelo tradicional. Ademais, eles carecem dos instrumentos e das competências necessários para avaliar o risco de uma forma subjetiva, como deve ser avaliado no caso do microcrédito e não de uma forma objetiva.

Todavia, mesmo com os problemas apresentados pelo relatório, em 2003 o governo Lula estabeleceu uma medida provisória que concede ao Conselho Monetário Nacional as competências para regulamentar as aplicações dos bancos convencionais, dos bancos múltiplos com carteira comercial, da Caixa Econômica Federal, bem como as cooperativas de crédito e de pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores (COSTA, 2010). A taxa utilizada como referência para a regulamentação do microcrédito no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), era a taxa corrente de mercado de microcrédito, em torno de 3,9% ao mês.

Os bancos privados só atuam quando passam a ter uma ação maior ligada ao microcrédito, no Brasil, depois da implementação da lei que regula a atuação do setor (RIGHETTI, 2008). Essa atuação pode ocorrer de duas formas: operações próprias com iniciativas diretas de microcrédito ou capitalizando uma Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM) ou uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

4. Microcrédito produtivo orientado no Brasil

De acordo com Monzoni (2006), o microcrédito possui um grande potencial de crescimento na economia brasileira. Segundo sua tese, o microcrédito no país tem uma taxa de penetração muito baixa e a oferta desse serviço encontra-se aquém a sua demanda, sendo uma operação marginal na economia brasileira, principalmente quando comparado a países do sudeste e sul da Ásia e a alguns países da América Latina, tanto de forma absoluta como comparativa.

A pesquisa de Economia Informal Urbana de 2003 (Ecinf 2003) informou que dentre as empresas do setor informal que possuíam dívidas mais de 50% delas contraíram essa dívida de

bancos, sejam eles públicos ou privados. Todavia, segundo a mesma pesquisa, em novembro de 2003 83% das empresas do setor informal não possuíam qualquer tipo de dívida. Essas empresas preferem utilizar outros produtos e instrumentos financeiros, como conta corrente e cartão de crédito, de como alternativas ao endividamento. (Microfinanças: O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito, 2008).

Segundo Gonzalez Piza Garcia (2009), 90% dos correspondentes bancários do mundo se localizam no Brasil. Esse cenário indica o potencial de utilizar esses canais como redes de distribuição capazes de atingir uma ampla parcela da população, especialmente uma parcela que engloba uma um alto número dos indivíduos mais pobres da sociedade. Apesar do intuito primordial dos correspondentes ser o serviço de pagamento, é possível de desenvolver um modelo de negócio que torne a oferta de microcrédito por esse canal viável.

O Brasil possui, portanto, uma grande demanda potencial capaz de impulsionar a operação de microcrédito. Essa demanda pode estar ligada a disseminação do crédito como forma de combate à pobreza, possibilitando, por exemplo, a aquisição de habitações por indivíduos que não conseguiriam acesso a moradias de outra forma, assim, o microcrédito pode ser utilizado de forma a diminuir a grande disparidade econômica existente no país. Ou pode se relacionar com a possibilidade da disseminação do crédito a pequenos empreendedores da economia informal, aumentando assim a atividade econômica do país, de modo também a trazer maior desenvolvimento local, com intuito de possibilitar uma economia mais sustentável a diversas localidades brasileiras e, dessa forma, também acarretar em uma diminuição das disparidades socioeconômicas.

Na tese de Monzoni (2006), a análise dos dados executada demonstrou que o impacto do microcrédito na geração de renda obtido é significativo, por meio da comparação de dados foi possível observar que a renda do microempreendedor quase dobrou em um período de dois anos de acesso ao microcrédito. Esse dado mostra o potencial de utilização do microcrédito como gerador de renda, uma oportunidade tanto para o setor público, uma vez que esse serviço financeiro pode ser utilizado como política pública, quanto para o setor privado, pois, por meio da maior geração de

renda é possível transformar indivíduos antes excluídos do sistema financeiro em clientes do sistema financeiro tradicional que possuem um bom histórico de pagamento de dívidas.

5. Modelo teórico e metodologia

Esse trabalho será realizado com base no modelo conceitual descrito em Pozzebon et al (2008), isso significa que haverá a utilização de um modelo “multinível” que tem sido utilizado por várias pesquisas em microfinanças no Brasil (Jayo, 2010; Cernev, 2010; Diniz et al, 2009). O modelo segue a ideia que o microcrédito produtivo e sua evolução foram e são influenciados por interesses e valores, além de moldados por inter-relações entre agentes e grupos. São quatro os conceitos fundamentais associados ao modelo conceitual e utilizados na pesquisa aqui proposta: (1) frames tecnológicos, (2) grupos sociais relevantes, (3) processo de negociação e (4) tecnologia em prática.

Os frames tecnológicos são os interesses, suposições ou expectativas formadas pelos indivíduos em relação ao microcrédito produtivo. Os grupos sociais relevantes são os indivíduos que tendem a compartilhar os mesmos frames tecnológicos. O processo de negociação captura os meios pelos quais os diferentes grupos, a partir de seus interesses e valores, exercem influência sobre a implementação do microcrédito produtivo. Por fim, a tecnologia em prática é o resultado da negociação em torno do microcrédito produtivo.

Para a execução desse trabalho é necessário, também, realizar coleta e análise de dados, dessa forma, propõe-se a realização de uma análise histórica relacionada à atuação do setor privado no microcrédito produtivo no Brasil. A realização de uma análise histórica permite, de acordo com Mason ET AL (1997), que se obtenha uma perspectiva valiosa para a compreensão dos problemas contemporâneos, pois, por meio dessa análise é possível entender quais foram as ações decorridas, seus desdobramentos, quais foram as soluções adotadas para os problemas previamente encontrados e qual foi a eficácia dessa medida, entre outros aspectos.

Esse trabalho seguirá as etapas sugeridas por Mason et al. (1997), elas consistem em: identificar a questão de pesquisa (etapa 1), especificar de domínio de estudo com claras definições

espaciais e temporais (etapa 2). A etapa 3 da abordagem histórica de Mason et al. (1997) envolve a coleta de documentos e registros históricos. No caso aqui proposto, a coleta de dados incluirá trabalhos acadêmicos, artigos da mídia e transcrições de entrevistas. A etapa 4 envolve a avaliação crítica de todo material coletado utilizando processos analíticos, tais como lógica elementar, para avaliar a coerência geral dos dados. Na etapa de análise dos dados (etapa 5), o estudo passa de empírico a indutivo, ou seja, é necessário reunir e interpretar fatos para avaliar o seu significado e lógica (Mason et al., 1997:315). Finalmente, o resultado dessa análise toma a forma de uma narrativa histórica.

6. Contribuição pretendida

A prática do microcrédito no Brasil ainda é incipiente, ainda existem muitas inovações e mudanças a serem implementadas nessa área, seja, por exemplo, com relação a inovações tecnológicas que diminuam o custo de transação, reduzindo, assim o custo do crédito, seja com relação a mudanças na forma e na eficiência da gestão das instituições que lidam com essa forma de crédito. No Brasil, persiste uma grande disparidade econômica e, diversas pessoas ainda encontram-se excluídas do sistema financeiro, uma melhora na forma como o microcrédito é praticado no país pode ajudar a diminuir a desigualdade histórica aqui presente, a gerar aumento de renda e a proporcionar inclusão financeira a diversas pessoas e comunidades que não conseguiriam adentrar o sistema financeiro tradicional.

Por meio desse trabalho pretende-se entender as características históricas do papel do setor privado no microcrédito produtivo no Brasil e, com base nessa análise, desenvolver perspectivas para a maior eficiência da iniciativa privada na prática do microcrédito e, igualmente, visualizar novos espaços de atuação do setor privado nessa área, a fim de suprir a demanda de microcrédito não atendida atualmente.

A desigualdade existente no país é muito grande, o país tem, historicamente, desempenho entre os piores países no índice de Gini, índice que mede a desigualdade de riqueza e de renda presentes num mesmo país. Isso indica que, mesmo que as maiores iniciativas no âmbito do microcrédito sejam realizadas pelo setor público, ainda existe muito espaço para a atuação nessa área e o setor privado pode suprir algumas necessidades e demandas que o microcrédito possui.

Dessa forma, o trabalho visa entender as perspectivas de atuação do setor privado no microcrédito produtivo, para assim, compreender as possibilidades de crescimento dessa operação. Esse crescimento é capaz de gerar tanto um bem-estar social, devido aos benefícios que o microcrédito possui, já citados anteriormente, quanto de gerar lucro para as instituições envolvidas nessa prática, pois o microcrédito já comprovou ser uma atividade rentável.

7. Entrevistas

Com o intuito de alcançar os objetivos do trabalho apresentados previamente, foram realizadas duas entrevistas por Skype a fim de obter uma melhor compreensão da atuação que o setor privado possui no desenvolvimento do microcrédito produtivo orientado brasileiro e qual é a visão que esse setor possui sobre os empecilhos e as perspectivas para a atuação nesse âmbito no Brasil.

As entrevistas foram realizadas com dois profissionais de instituições financeiras que atuam no mercado brasileiro, a UBS e a Empresta Capital. As entrevistas realizadas permitiram o maior entendimento sobre a visão que os agentes de crédito possuem sobre o mercado de microfinanças no Brasil.

7.1 Questionário

As entrevistas realizadas tiveram um caráter mais semelhante a uma conversa, o questionário desenvolvido serviu apenas como base do que seria discutido durante a conversa, a

maior parte das perguntas surgiram ao decorrer das entrevistas. Apresento aqui o questionário que serviu como roteiro para a execução das entrevistas.

- Você poderia explicar qual a atuação da sua empresa?
- Conte-me um pouco sobre a história da empresa e a sua evolução no Brasil.
- Descreva sua função na empresa.
- Existem diferenças relevantes entre a atuação da empresa no Brasil e em outros países (se houver atuação global)?
- Quais são as peculiaridades da economia e da cultura brasileira que ajudam/atrapalham o desenvolvimento do microcrédito produtivo orientado no Brasil
- Quais implicações os subsídios concedidos pelo governo brasileiro possuem na atuação da empresa?
- Qual a sua visão sobre o papel do setor privado no desenvolvimento do microcrédito produtivo orientado no Brasil?
- Quais são os maiores entraves para o desenvolvimento do microcrédito no Brasil?
- Quais as perspectivas que você enxerga para o crescimento do microcrédito produtivo orientado no Brasil? (Há uma demanda não explorada?).
- Pergunta sobre o FIDC (Exclusiva para a Empresta Capital)

8. Análise das entrevistas

As entrevistas realizadas permitiram uma maior compreensão do cenário brasileiro e das mudanças que ocorreram no país que impactaram a operação de microcrédito. Ademais, foi possível realizar a definição de pontos-chaves do cenário brasileiro que dificultam a atuação do setor privado no desenvolvimento do microcrédito produtivo orientado no país. A forte intervenção estatal, a existência de uma legislação excessivamente controladora e arcaica, a presença de uma demanda que não consegue ser plenamente atendida e, ainda, aspectos da cultura brasileira foram citados nas entrevistas como entraves da operação.

O impacto e a importância que cada um desses aspectos possui no desenvolvimento do microcrédito produtivo orientado no Brasil, bem como as mudanças na economia e na legislação brasileira que afetaram esse tipo de operação no país serão melhor exploradas nos tópicos seguinte desse trabalho.

8.1 Forte intervenção estatal

O governo brasileiro tem uma forte atuação na oferta de microcrédito produtivo orientado no Brasil. Se, do lado do tomador de crédito, a atuação do setor público como agente de crédito pode ser vista como positiva, os programas governamentais são capazes de atender às necessidades de crédito de uma grande parcela da população brasileira a juros consideravelmente baixos; do ponto de vista do agente de crédito privado essa forte atuação estatal gera uma concorrência desleal e desigual. As taxas de juros estabelecidas pelos programas estatais não podem ser igualadas pelo setor privado. Ademais, para o entrevistado da Empresta Capital, as baixas taxas dos programas governamentais podem acarretar em um sobre endividamento na população, os indivíduos podem ser atraídos por um “dinheiro irreal” e, devido a esse fato, serem levados a emprestar mais dinheiro do que efetivamente precisam, aliciados pelas baixas taxas de juros.

De acordo com o ponto de vista do entrevistado da Empresta Capital, além da intervenção estatal no microcrédito no Brasil ser muito elevada ela acontece de forma pouco criteriosa e, algumas vezes, sem uma análise de todas as possíveis consequências das ações e dos programas realizados. Alguns programas governamentais, posteriormente a sua implementação e a algum tempo de sua execução, se revelaram inviáveis e deixaram um legado negativo na oferta de microcrédito no país e na cultura de endividamento da população.

8.2 Regulação rígida e arcaica

O Brasil possui uma regulação excessivamente controladora, rígida, referente à oferta e a operação de microcrédito no país, todavia, essa regulação mais presente não necessariamente

significa que a operação seja mais regulada e ela acaba por se tornar um empecilho na operação do microcrédito.

A regulação brasileira é arcaica e ela vem acompanhada, do ponto de vista dos funcionários das instituições de crédito privadas analisadas, de um setor judiciário medíocre que age como entrave para as operações ligadas a microfinanças e tornam o crédito no Brasil mais caro.

Em 2008 houve uma mudança na regulação brasileira que facilitou a operação da Empresta Capital, antes dessa data ela não estava autorizada a realizar empréstimos com valores acima de 10 mil reais. Todavia, apesar de, atualmente, a empresa possuir o direito de emprestar os valores que julgam adequados para quaisquer clientes, ainda existem muitas críticas à regulação brasileira. De acordo com o entrevistado, o maior entrave do setor é a impossibilidade de se fazer uma captação ordenada, apenas atos esporádicos são autorizados. A impossibilidade da construção de uma estrutura de captação dificulta o crescimento do setor de micro finanças, a fim de superar esse desafio o criador da Empresta capital criou, igualmente, um fundo FIDC para permitir a criação de uma estrutura de captação ordenada que permitisse maior crescimento de suas operações de crédito, todavia esse fundo deve permanecer juridicamente separado da instituição fornecedora de microcrédito.

Em suma, ambos os entrevistados apontam as regulações trabalhistas, tributárias, o teto de juros regulado e a proibição da construção de uma estrutura de captação ordenada como os maiores entraves no desenvolvimento do microcrédito no Brasil.

8.3 Demanda não atendida

Ambos entrevistados enxergam uma demanda de microcrédito no Brasil que é sub explorada tanto pelo setor privado quanto pelo setor público. De acordo com o entrevistado da UBS existe uma falta de transparência no cenário brasileiro que impede a definição mais exata de qual seria essa demanda não atendida; há incerteza na definição de microfinanças e dificuldade na separação do crédito para consumo e para investimento, por exemplo.

A ascensão das classes C e D no Brasil criou um cenário positivo para o desenvolvimento do microcrédito no país, aumentando a demanda por crédito e o público alvo das instituições financeiras brasileiras. Esse crescimento e melhoria da economia do país como um todo, levou ainda a um aumento no interesse de investimento de capital estrangeiro no país, todavia, de acordo com o entrevistado da Empresta Capital, o país ainda não sabe lidar com o mercado de microfinanças e, por conseguinte, não consegue valer-se plenamente de todos os benefícios que a melhoria da conjuntura econômica poderia implicar no setor e não consegue ter capilaridade suficiente para atender toda a nova demanda gerada por esse crescimento econômico e social.

De acordo com o entrevistado da UBS, o setor de microfinanças tem um comportamento acíclico, ou seja, ele não possui o mesmo ciclo dos outros setores da economia. A inflação mais controlada desde o plano real e o menor crescimento do PIB brasileiro criam um cenário favorável para o desenvolvimento desse segmento de crédito no país. O entrevistado da UBS acredita que o crescimento maior do mercado de microfinanças no Brasil ocorrerá em um horizonte de tempo um pouco mais longo, entre cinco e dez anos.

8.4 Cultura brasileira

O entrevistado da UBS refutou a hipótese de que o brasileiro possui uma cultura de não pagamento que dificulta o desenvolvimento das operações de micro crédito no país, em sua opinião, essa hipótese representa um estereótipo da população brasileira que não se comprova na prática. Todavia, apesar de ele não apontar nenhuma diferença relevante na cultura brasileira capaz de afetar o mercado de microfinanças no Brasil, o entrevistado da Empresta Capital aponta a cultura brasileira pouco voltada ao crédito como um desafio para o setor.

Um dos pontos culturais brasileiros que impacta na operação do microcrédito no país, segundo este, consiste no fato que brasileiro está tentando imitar, em grandes centros urbanos, um modelo que funcionou em outras localidades, como a Bolívia, devido à proximidade que havia entre as pessoas e ao constrangimento social que a falta de pagamento gerava sem levar em conta as

peculiaridades e diferenças existentes em seu próprio ambiente social. Nos grandes centros urbanos do Brasil essa ligação entre as pessoas não existe de maneira tão pronunciada, sendo assim, não existe uma pressão social para o pagamento do montante devido, o brasileiro dos grandes centros não se sente socialmente pressionado a pagar suas dívidas, dessa forma, o argumento da pressão cultural não exerce influência sobre ele. Essa diferença cultural deve refletir na forma com que a operação de microcrédito é executada nessas regiões, assim, alterações na forma com que a operação de microcrédito ocorre no país e na cultura implícita nessa operação devem ser feitas, uma simples cópia do modelo aplicado em outros países não é suficiente para suprir as diferenças existentes na realidade brasileira.

Além da cultura da população brasileira, existe também a influência da cultura do setor privado do país. Muitas instituições de crédito privadas enxergam na operação de microcrédito apenas uma oportunidade de marketing ligado à consciência social e sustentabilidade, não olhando para a operação como lucrativa e interessante por si mesma.

8.5 Mudanças no cenário brasileiro e suas consequências no setor de microfinanças

Os entrevistados apontaram e discutiram pontos da realidade brasileira, como legislação, cultura, economia que influenciam diretamente a operação de microcrédito no país do ponto de vista do setor privado. Apesar das dificuldades que o setor possui, o Brasil possui um futuro promissor nesse segmento, há uma grande demanda ainda a ser explorada e muitos pontos de aprendizado que, se melhorados, podem levar a um aumento da capilaridade e da lucratividade da operação do microcrédito produtivo orientado no país.

A implementação do plano real obteve como consequência a diminuição das taxas inflacionárias, isso levou ao crescimento do poder aquisitivo da população e, em decorrência, ao aumento do consumo no país. Esse cenário trouxe como resultado uma maior viabilização do mercado de crédito brasileiro, e, segundo os entrevistados, contribuiu especialmente para a operação de microcrédito no país. Posteriormente a implementação do plano, houve mudanças na legislação

brasileira que contribuíram para melhorar a eficiência e a lucratividade do microcrédito no Brasil, ademais, a ascensão das classes C e D na última década apresentou-se como um fator que, igualmente, impulsionou esse tipo de operação de crédito no país ao aumentar consideravelmente a demanda pelos serviços micro financeiros. Todos esses fatos da economia e conjuntura brasileira foram citados pelos entrevistados como impulsionadores e beneficiadores da operação de microcrédito no Brasil e revelam uma perspectiva histórica que, apesar de recente, tem se mostrado favorável ao setor de microcrédito no país.

9. Conclusão

O setor privado possuiu um papel secundário no desenvolvimento do microcrédito produtivo no Brasil. O desenvolvimento dessa operação no país se deu, principalmente, devido ao envolvimento do setor público, com a criação de programas de microcrédito decorrentes de iniciativas do governo federal. Essa forte intervenção estatal obteve, simultaneamente, dois efeitos; apesar dos programas estatais possuírem uma alta capilaridade, permitindo que uma maior parcela da população tivesse acesso a crédito a juros baixos, esses mesmos programas criaram um ambiente competitivo desigual, as instituições privadas não podiam igualar as taxas de juros oferecidas pela iniciativa pública e manter uma operação lucrativa. Ademais, as taxas de juros irrisórias tem como efeito colateral o alto endividamento da população que se vê atraída pela possibilidade de obtenção de crédito barato.

Apesar do envolvimento do setor público na oferta de microcrédito ter gerado um ambiente desigual em alguns mercados, como o relacionado à agricultura, os programas de iniciativa pública por si sós não são capazes de atender toda a demanda existente no Brasil por esse serviço. Ademais, mudanças na economia brasileira ocorreram de forma a favorecer a operação de microcrédito no país, todavia, apesar desse cenário favorável o setor privado ainda não se vale de todas as oportunidades geradas pelo aumento da demanda de serviços relacionados à microfinanças.

Os motivos que dificultam a atuação do setor privado na operação de microcrédito são vários, além da intervenção estatal como competidor direto na oferta de crédito, há a intervenção do Estado nas legislações que envolvem a oferta de microcrédito. A rigidez de algumas leis e existência de um judiciário moroso dificultam e encarecem a operação de crédito no país, tornando a operação de microcrédito menos atraente a possíveis investidores. Além disso, muitas instituições financeiras não enxergam as operações microfinanceiras como lucrativas por si mesmas, mas apenas como uma forma de marketing social, seu propósito residiria em melhorar a imagem que os consumidores e que a sociedade em geral possui da instituição.

Todavia, apesar da existência de diversas dificuldades e empecilhos, o futuro da operação de microcrédito no país se apresenta como promissor. A oferta desse serviço no Brasil possui uma história recente, há uma alta demanda por esse serviço que não é atendida; o setor privado precisa se adaptar melhor as peculiaridades dessa forma de negócio para explorá-la de maneira mais eficaz. É necessário, primeiramente, uma mudança de perspectiva da parte das instituições de crédito privada, elas precisam enxergar no microcrédito uma atividade com um fim lucrativo e não com um fim social, como muitas instituições que lidam apenas com esse segmento enxergam; além disso, é necessário um maior entendimento das peculiaridades dessa forma de operação de crédito e das implicações que culturais e sociais brasileiras que impactam diretamente na operação do microcrédito. Finalmente, também é preciso uma maior definição de quais são os serviços que se enquadram como serviços microfinanceiros no Brasil e um maior estudo de qual exatamente seria essa demanda de microcrédito que não é atendida atualmente.

O setor privado até os dias atuais, não possuiu um papel muito ativo no desenvolvimento de microcrédito produtivo no Brasil, todavia, as projeções de crescimento para esse setor são positivas. Além de benéfica para as instituições de crédito privada, o maior envolvimento do setor privado nessas operações pode ter uma influência benéfica para a população do país como um todo, pois, o setor privado pode contribuir para suprir a demanda por microcrédito produtivo no país e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento econômico do país como um todo. Igualmente, o

microcrédito tem a função de contribuir para a diminuição da alta desigualdade social existente no Brasil, a oferta de crédito produtivo para uma parcela da população que não poderia ter acesso ao crédito de outra maneira é capaz de criar oportunidades de desenvolvimento e de crescimento para uma população que, antes, estava excluída do mercado de crédito.

10. Sugestão para pesquisas futuras

O trabalho desenvolvido teve como objetivo o maior entendimento do papel desenvolvido pelo setor privado no desenvolvimento do microcrédito produtivo no Brasil. O estudo e a clarificação de qual seria demanda de microcrédito não atendida no país poderia ter como efeito um incentivo para o setor privado investir nessa forma de operação de crédito, pois, desse modo, seria possível definir mais claramente o tamanho do mercado e das oportunidades negligenciadas pelo setor privado atualmente.

11. Referências bibliográficas

AGHION, B. A. e MORDUCH, J. (2010). *The Economics of Microfinance*. The MIT Press.

COSTA, F. (2010). *Microcrédito no Brasil*

DINIZ, E. H.; POZZEBON, M. e JAYO, M. (2009). The role of ICT in helping parallel paths to converge: microcredit and correspondent banking in Brazil. *Journal of Global Information Technology Management*, v. 12, p. 80-103.

IBGE “Economia Informal Urbana 2003” Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/>>. Acesso em: 27 de novembro de 2013.

GONZALEZ, L.; PIZA, C.; GARCIA, D. (2009) “Sinergia entre microsseguro e microcrédito e o crescimento dos mercados no Brasil”, *Revista Brasileira de Risco e Seguro*, Vol. 5, No. 10, pp. 45-84.

HELMES, B. (2006). *Access for all, building inclusive financial systems*.

JAYO, M. (2010). *Correspondentes bancários como canal de distribuição de serviços financeiros: taxonomia, histórico, limites e potencialidades dos modelos de gestão de redes*. Tese de Doutorado em Administração de Empresas FGV, São Paulo, 2010.

KERSTENETZKY, V (2008). *Microcrédito: por que os bancos privados não bancam?*

LAVOIE, F., POZZEBON, M. GONZALEZ, L. (2011) “Challenges for Inclusive Finance Expansion: the Case of CrediAmigo, a Brazilian MFI”. *Management International*. Vol. 15, No. 3, pages 57-69.

MASON, R.O;McKENNEY,J.L.; COPELAND, D.G. (1997) “An Historical Method for MIS Research: Steps and Assumptions”. *MIS QUARTERLY*, 31 (3), pp. 307-320.

MONZONI NETO, M. P (2006). Impacto em renda do microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do crédito popular solidário (São Paulo confia), no município de São Paulo. 2006. Tese de Doutorado em Administração Pública e Governo, FGV, São Paulo, 2006.

MORDUCH, J. (1999). The Microfinance Promise. *Journal of Economic Literature*, v.37, n. 4 (December), p.1569–1614.

POZZEBON, M., DINIZ,E., JAYO,M.(2008). “Adapting the Structurationist View of Technology for Studies at the Community/Societal Levels” in *Handbook of Research on Contemporary Theoretical models in Information Systems*, Yogesh K. Dwivedi, Banita Lal, M.D. Williams, Scott L. Schneberger, and Michael Wade (Eds), Hershey/London, Information Science Reference, p. 18-33.

SOARES, M., SOBRINHO, A., “Microfinanças : o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito” , Banco Central do Brasil, Brasília, 2008.

WOOLER, G M; WOODWORTH, W (2011) “Microcredit and Third World Development Policy”. *Academic journal article from Policy Studies Journal*, Vol. 29, No.